

▶ Em destaque, os atos normativos incluídos nessa atualização.

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
População mais vulnerável	Antecipação da <b>primeira e da segunda parcelas do 13º</b> de aposentados e pensionistas do INSS para <b>abril e maio</b> .	
	Valores não sacados do PIS/Pasep serão transferidos para o <b>FGTS</b> para permitir novos saques.	
	Antecipação do <b>Abono Salarial</b> para junho.	<b>MP 927, de 22 de março de 2020</b> – medidas trabalhistas
	Antecipação do pagamento do <b>Benefício de Prestação Continuada (BPC) a portadores de deficiência</b> que aguardam perícia do INSS.	
	<b>Reforço ao programa Bolsa Família:</b> suspensão de bloqueios e averiguação cadastral para inclusão de mais de 1 milhão de pessoas no programa.	<b>Ministério da Cidadania   Portaria nº 335, de 20 de março de 2020</b>
	<b>Crédito Extraordinário</b> para o programa <b>Bolsa Família (3 bilhões)</b> .	<b>MP 929, de 25 de março de 2020</b> – crédito extraordinário.
	Voucher de R\$ 600 para <b>trabalhadores informais e autônomos</b> , por 3 meses.	<b>Projeto de Lei nº 9236/2017</b> (aprovado Câmara / aguarda votação no Senado)
	<b>Redução do teto de juros do consignado</b> , aumento da margem e do prazo de pagamento.	<b>Conselho Nacional de Previdência Social   Resolução nº 1338, de 18 de março de 2020</b>
	Suspensão da <b>prova de vida dos beneficiários do INSS</b> por 120 dias.	<b>INSS   Portaria nº 373, de 16 de março de 2020</b>
	Adiamento por 120 dias dos procedimentos de bloqueio e suspensão do <b>Benefício de Prestação Continuada (BPC)</b> .	<b>Ministério da Cidadania   Portaria nº 330, de 18 de março de 2020</b>
Vedação da suspensão de <b>fornecimento de energia elétrica por inadimplemento</b> de unidades consumidoras, inclusive população de baixa renda.	<b>Agência Nacional de Energia Elétrica   Resolução Normativa nº 878, de 24 de março de 2020</b>	

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
<b>Manutenção de empresas e empregos</b>	<b>CUSTOS OPERACIONAIS E FINANCEIRO</b>	
	<sup>1</sup> Suspensão da exigibilidade do <b>recolhimento do FGTS</b> por três meses (março, abril e maio).	<b>Caixa Econômica Federal   Circular nº 893, de 24 de março de 2020</b>
	Suspensão, por 3 meses, da parcela da União no pagamento do <b>Simples Nacional</b> .	<b>Secretaria Especial da Fazenda - ME   Resolução nº 152, de 18 de março de 2020</b>
	Custeio, por parte do INSS, dos 15 primeiros dias de <b>afastamento dos empregados contaminados pelo novo coronavírus</b> .	
	Redução de 50% nas <b>contribuições do Sistema S</b> por 3 meses.	
	Suspensão, prorrogação e adiamento de <b>atos de cobrança da dívida ativa</b> da União.	<b>Ministério da Economia   Portaria nº 103, de 17 de março de 2020</b>
	Condições para <b>transação extraordinária na cobrança da dívida ativa</b> da União.	<b>PGFN   Portarias nº 7.820 e 7.821, de 18 de março de 2020</b>
	Facilitar, antes do desembarque, o <b>desembaraço de insumos</b> e matérias-primas industriais <b>importadas</b> .	
	Apoio às empresas de <b>aviação civil</b> (suspensão temporária do pagamento das contribuições pagas nos aeroportos privatizados e 12 meses para realizar reembolso aos passageiros).	<b>MP 925, de 18 de março de 2020 – medidas emergenciais para a aviação civil brasileira</b>
	Ampliação do <b>prazo de validade da Certidão Negativa de Débito (CND)</b> de 60 para 180 dias, prorrogável, em caso de calamidade pública, por mais 180 dias.	<b>MP 927, de 22 de março de 2020 – medidas trabalhistas (art. 47)</b>
Prorrogação, por 90 dias, da validade das <b>certidões negativas de débitos federais</b> .	<b>RFB/PGFN   Portaria Conjunta nº 555, de 23 de março de 2020</b>	

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
Manutenção de empresas e empregos	<b>RELAÇÕES DE TRABALHO</b>	
	Permissão para <b>redução de jornada e salário</b> por ajuste direto, com compensação pelo seguro-desemprego aos trabalhadores que recebem até dois salários mínimos.	
	<b>Flexibilização de regras trabalhistas.</b> - Suspensão, por 3 meses, do pagamento do <b>FGTS</b> : art. 19 <sup>1</sup>	<b>MP 927, de 22 de março de 2020</b> – adequações trabalhistas.
	<b>CRÉDITO</b>	
	Ampliação do crédito de R\$ 5 bilhões do PROGER/FAT para <b>Micro e Pequenas Empresas</b> com a criação da linha Proger Urbano Capital de Giro.	<b>Conselho Deliberativo do FAT – ME   Resolução nº 850, de 18 de março de 2020</b>
	Ampliação da <b>linha BNDES Crédito Pequenas Empresas</b> em R\$ 5 bilhões para o financiamento de capital de giro.	<b>Anunciado pelo BNDES</b>
	Suspensão de <b>pagamentos de financiamentos do BNDES</b> feitos por operações diretas e indiretas.	<b>Anunciado pelo BNDES</b>
	Ampliação do <b>crédito do Banco do Brasil a empresas</b> e famílias (R\$ 100 bilhões).	<b>Anunciado pelo Banco do Brasil</b>
	Redução dos juros e suspensão, por 60 dias, do <b>pagamento de dívidas com a Caixa Econômica Federal</b> .	<b>Anunciado pela Caixa Econômica Federal</b>
	Redução da taxa básica de juros, <b>Selic</b> , de 4,25% para 3,75%.	<b>Decisão anunciada pelo COPOM, 18 de março de 2020</b>
Redução das alíquotas dos compulsórios sobre <b>depósitos a prazo</b> (de 25% para 17%).	<b>BACEN   Circular nº 3.993, de 23 de março de 2020</b>	
Flexibilização de <b>regras das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)</b> .	<b>Banco Central   Resolução nº 4.787, de 23 de março de 2020</b>	

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
	<b>CRÉDITO</b>	
<b>Manutenção de empresas e empregos</b>	Aperfeiçoamentos nas regras do <b>Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCP)</b> .	Banco Central   Circular nº 3.986, de 20 de fevereiro de 2020
	Realização de <b>operações compromissadas em dólar</b> .	Banco Central   Circular nº 3.990, DE 18 de março de 2020
	Novo <b>Depósito a Prazo com Garantias Especiais (NDPGE)</b> .	Banco Central   Resolução nº 4.785, de 23 de março de 2020.
	Concessão de <b>empréstimos para bancos</b> garantidos em debêntures.	Banco Central   Resolução nº 4.786, de 23 de março de 2020.
	Ampliação do limite de recompra de <b>Letras Financeiras</b> .	Banco Central   Resolução nº 4.788, de 23 de março de 2020.
	Redução do <b>Adicional de Conservação de Capital Principal (ACPConservação)</b> de 2,5% para 1,25% pelo prazo de um ano.	Banco Central   Resolução nº 4.783, de 16 de março de 2020.
	Isonomia tributária em <b>operações de proteção de investimentos no exterior</b> .	
	Operações compromissadas com lastro em <b>Títulos Públicos Federais (TPF)</b> .	
	<b>Redução do spread</b> do nivelamento de liquidez.	
	Empréstimo com lastro em <b>Letras Financeiras (LF)</b> garantidas por operações de crédito.	
	Simplificação das exigências para <b>contratação de crédito</b> e dispensa de documentação (CND) para renegociação de crédito.	Banco Central   Resolução nº 4782, de 16 de março de 2020

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
Combate à pandemia	<b>FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE</b>	
	Orçamento extra para <b>aquisição de equipamentos e insumos hospitalares.</b>	<b>MP 924, de 13 de março de 2020</b> – crédito extraordinário no valor de R\$ 5 bilhões
	<b>Adiamento do CENSO 2020</b> para 2021, com recursos destinados ao Ministério da Saúde.	
	Destinação do <b>saldo do fundo do DPVAT</b> para o SUS.	
	Redução a zero das <b>alíquotas do Imposto de Importação</b> para produtos de uso médico-hospitalar <i>(até setembro de 2020)</i> .	<b>CAMEX – ME   Resolução nº 17 e 22, de março de 2020</b>
	Facilitação e simplificação das atividades de <b>licenciamento, controle ou fiscalização de importações para produtos de uso médico-hospitalar.</b>	
	Desoneração temporária de <b>IPI sobre bens produzidos internamente e importados</b> que sejam necessários ao combate do Covid-19.	<b>Presidência da República   Decreto nº 10.285, de 20 de março de 2020</b>
	Simplificação do <b>despacho aduaneiro</b> de produtos de uso médico-hospitalar.	<b>Receita Federal   Instrução Normativa nº 1.927, de 17 de março de 2020</b>
	Controle de <b>exportação para evitar o desabastecimento</b> de produtos de combate COVID-19.	<b>SECEX - ME   Portaria nº 16, de 18 de março de 2020</b>
	Suspensão do <b>licenciamento não automático de importação</b> para produtos de saúde sob direito antidumping.	<b>SECEX - ME   Portaria nº 18, de 20 de março de 2020</b>
Flexibilização dos requisitos para a <b>fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos</b> estabelecidos para o combate do Covid-1.	<b>ANVISA   Resolução RDC nº 356, de 23 de março de 2020</b>	

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
Combate à pandemia	<b>FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE</b>	
	Suspensão da <b>exigência de licenciamento de importação</b> para tubos de plástico para coleta de sangue a vácuo e de seringas descartáveis de uso geral dos países que especifica.	<b>CAMEX – ME   Portaria nº 18, de 20 de março de 2020</b>
	<b>Proibição ou restrição de exportação</b> de saneantes, produtos para a saúde, medicamentos e imunobiológicos.	<b>Projeto de Lei nº 668/2020</b> (aprovado Senado / aguarda votação na Câmara dos Deputados)
	<b>CIRCULAÇÃO DE PESSOAS E MERCADORIAS</b>	
	<b>Fechamento das fronteiras com a Venezuela e o Uruguai.</b>	<b>Casa Civil - Presidência de República   Portarias nº 120 e 132, de março de 2020</b>
	<b>Fechamento das fronteiras por 15 dias com Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru e Suriname.</b>	<b>Casa Civil - Presidência de República   Portaria nº 125, de 19 de março de 2020</b>
	<b>Restrição por 30 dias da entrada no Brasil, por via aérea, de estrangeiros</b> provenientes da China, União Europeia, Islândia, Noruega, Suíça, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Comunidade da Austrália, Japão, Malásia e Coréia.	<b>Casa Civil - Presidência de República   Portaria nº 126, de 19 de março de 2020</b>
	<b>Restrições de embarque e desembarque</b> e orientações nos portos organizados e instalações portuárias sobre a atuação na área de segurança e vigilância sanitária.	<b>CONAPORTOS - Ministério da Infraestrutura   Resolução nº 2, de 25 de março de 2020</b>

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
Outras medidas adotadas	<b>USO DOS MECANISMOS DE FLEXIBILIZAÇÃO PREVISTOS NAS REGRAS FISCAIS</b>	
	Reconhecimento de <b>estado de calamidade</b> pública com efeitos até de 31 de dezembro de 2020.	<b>Decreto Legislativo nº 6/2020</b>
	<b>ATIVIDADES ESSENCIAIS</b>	
	Garantir o exercício e o <b>funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais</b> .	<b>MP 926, de 20 de março de 2020</b> – procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos da emergência de saúde pública.
	<b>Definição</b> dos serviços públicos e das <b>atividades essenciais</b> .	<b>Presidência da República   Decretos nº 10.282, 10.288 e 10.292, de março de 2020</b>
	<b>Atividades essenciais</b> para funcionamento da <b>cadeia de produção de alimentos e bebidas</b> .	<b>Ministério da Agricultura   Portaria nº 116, de 26 de março de 2020.</b>
	<b>CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS</b>	
	<b>Condições</b> alternativas aos <b>Organismos de Certificação de Produtos (OCP)</b> para avaliação da conformidade em plantas fabris localizadas em países afetados pelo coronavírus.	<b>INMETRO   Portaria nº 79, de 4 de março de 2020</b>
	Condições extraordinárias para os serviços regulamentados de <b>avaliação da conformidade</b> .	<b>INMETRO   Portaria nº 99, de 20 de março de 2020</b>
	Prorroga a <b>validade dos certificados de verificação</b> que estão para vencer no período de estado de emergência.	<b>INMETRO   Portaria nº 101, de 20 de março de 2020</b>
Suspensão da compulsoriedade da <b>certificação de suprimentos médico hospitalares</b> .	<b>INMETRO   Portaria nº 102, de 20 de março de 2020</b>	

	<b>MEDIDA EMERGENCIAL</b>	<b>INSTRUMENTO NORMATIVO</b>
<b>Outras medidas adotadas</b>	<b>TRANSPORTE</b>	
	<b>Tabelamento do frete</b> – suspensão do CIOT e prorrogação da validade dos certificados do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC.	<b>ANTT   Resolução nº 5.876, de 20 de março de 2020</b>
	Suspensão, pelo prazo de 90 dias, as atividades de <b>fiscalização de peso nas rodovias</b> federais.	<b>ANTT   Portaria nº 117, de 25 de março de 2020</b>
	<b>FLEXIBILIAÇÃO DE PRAZOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS</b>	
	Prorrogação, até 29 de junho de 2020, do prazo regular para <b>entrega do Relatório Anual</b> de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – <b>RAPP de 2020</b> .	<b>IBAMA   Instrução Normativa nº 12, de 25 de março de 2020</b>
	Suspensão de 20 de março a 30 de abril de prazos processuais e materiais no âmbito da ANM ( <b>cumprimento de exigências, CFEM</b> ).	<b>Agência Nacional de Mineração   Resolução nº 28, de 24 de março de 2020</b>
	Prorrogação, para 30 de junho, do prazo para apresentação da <b>Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais</b> (Defis) de 2019 – Simples Nacional.	<b>Secretaria Especial da Fazenda - ME   Resolução nº 153, de 25 de março de 2020</b>
	Prorrogação, até 31 de dezembro de 2020, do valor mínimo de R\$ 500,00 para início de <b>parcelamento de dívidas com a Fazenda Nacional</b> .	<b>RFB/PGFN   Portaria Conjunta nº 541, de 20 de março de 2020</b>
Suspensão de <b>procedimentos administrativos no âmbito da Receita Federal</b> até 29 de maio de 2020.	<b>RFB   Portaria nº 543, de 20 de março de 2020</b>	